

“VIVA EL REY”: aclamação e celebração para D. José I em Pernambuco

Noelly Gomes da Silva
(Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Resumo: O presente artigo faz uma análise de algumas festas realizadas para o Rei D. José I em Pernambuco, mais precisamente na vila do Recife e cidade de Olinda, pelas ocasiões da sua aclamação e celebração por sua vida e saúde devido aos acontecimentos do terremoto e atentado. A partir da prática de celebrar o rei sem sua efetiva presença, vemos essas demonstrações como uma forma de trazer o soberano para a localidade com o auxílio de seus representantes formados pelos membros das elites locais, os quais organizavam e participavam destas celebrações. Analisamos essas festas como um recurso eficiente de exaltação do rei e afirmação do poder real, bem como, uma forma de demonstração de lealdade e fidelidade ao monarca por parte dos seus vassallos distantes.

Palavras-chave: D. José I. Festas. Elites locais.

Resumen: Este artículo analiza algunos partidos celebrados para el Rey D. José I en Pernambuco, más precisamente en la vila de Recife y ciudad de Olinda, por las ocasiones de su aclamación y celebración por su vida y salud, debido a eventos sísmicos y ataques. De la práctica de celebrar el Rey sin su efectiva presencia, vemos estas declaraciones como una manera de traer el soberano para la localidad con la ayuda de sus representantes formada por los miembros de las élites locales, los cuales organizaban y participaban de las celebraciones. Analizamos las fiestas como una forma de demostración de lealtad y fidelidad al monarca por parte de sus vasallos distantes.

Palabras-llave: D. José I. Fiestas. Élites locales.

Aclamação do Rei e um “terremoto político”

Viva El Rey Dom Joseph, e a sua idade os seus vassallos vejam tão crescida. Que a duração da sua augusta vida chegue a igualar a mesma eternidade. Que em nós tudo há de ser felicidade no tempo em que reinar ninguém duvida. Sendo neste Monarca conhecida a inclinação aos atos de piedade, serão suas ações do mundo espanto entre todos os reis será, portanto, e de leais afetos doce encanto dão-nos tantas virtudes fundamento. A espera que teu Reino cresça tanto que o nome desempehe que é aumento¹.

Diferentemente do seu pai, D. José I não foi um rei tão expressivo. Pode-se afirmar que foi um monarca pouco lembrado ao longo da História. Entretanto, os feitos administrativos de seu primeiro-ministro, o famoso Marquês de Pombal, esses sim, encontramos em variadas narrativas². A expressiva aparição de Sebastião José de Carvalho não foi algo tão específico desse reinado. É comum vermos na História a intensa participação de ministros e conselheiros em torno dos monarcas, exceto quando nos deparamos com reis tão ativos em seus governos, como Luís XIV na França e o próprio D. João V, em Portugal.

Conforme Ana Paula Megiani, durante o reinado de Felipe III, no período da União Ibérica, é que veremos o aparecimento e crescimento da figura do valido. A autora disserta que naquele momento o aumento da concentração de poderes nas mãos de uma só pessoa teve como consequência o proporcional afastamento do rei.³ Possivelmente essa análise possa se adequar ao que houve durante o reinado de D. José na relação com seu ministro. Podemos visualizar também que não só a eficiência administrativa de Pombal foi suficiente para D. José ser considerado um “rei quase ausente”⁴. Outra possibilidade seria por ter sido sucessor de um soberano com uma personalidade marcante como foi seu pai.

Sejam quais foram às razões para o monarca ficar à sombra de seu privado, seguiremos um caminho reverso a essa perspectiva de que o valido se sobrepõe ao rei. Trabalharemos a figura/imagem de D. José I através de algumas celebrações feitas para o soberano que ocorreram na Capitania de Pernambuco e que foram reflexos de eventos que aconteceram em Portugal. Essas celebrações nos mostram que independente de qualquer ausência real, seja pela pouca expressividade ou a própria falta física, era o monarca que estava sendo exaltado e adorado por seus vassallos, como se pode observar no soneto anônimo acima escrito, dessa forma a ausência se caracteriza apenas para a historiografia e não para o tempo em que foi rei.

O ritual de aclamação de D. José I ocorreu em Portugal no dia 7 de setembro de 1750. Dai por diante o soberano aclamado governou durante 27 anos com o auxílio e participação enérgica do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo. Diante do que comumente vemos na duração dos reinados, o desse monarca pode ser considerado curto, porém os fatos que o marcaram, os quais perpassam terremoto e atentado contra o rei, foram dignos de longos reinados. Apesar de D. José ser um rei discreto em seus atos, o cerimonial não deixa de existir com toda pompa e aparato dignos de um soberano, tanto no reino quanto nas conquistas. A análise de Iara Lis Carvalho sobre as práticas festivas ao longo dos reinados nos dá uma dimensão de como cada governo emprestava seu “rosto” as maneiras como as festas ocorriam:

Logo, entre D. João V e D. Pedro I, não há decadência ou ascensão das práticas festivas, antes diferem na definição da monarquia, em virtude do liberalismo constitucional enviesado por D. Pedro I, o caráter absolutista ilustrado de D. José I e esta feição mais bem acabada de monarquia moderna celebrizada em D. Luís XIV encontrada e querida em D. João V. Pode-se observar um vocabulário semelhante de signos, imagens, conjunto de metáforas que transitam nestas liturgias reais.⁵

Diante do que expõe a autora, cada reinado possui suas próprias características que serão vistas em diversas instâncias e uma delas será através das festas. Não ocorre que em um reinado houve mais cerimônias que o outro, mas a forma de celebrar sofre alterações de acordo com as peculiaridades de cada governo. De acordo com Emílio Lopez, a partir da administração de Pombal as cerimônias da monarquia sofrerão alterações, pois, segundo narra o autor, baseado em análises de Pedro Cardim e José Subtil, passa a predominar uma visão de governo político mais presente e atuante. Veremos o estado sendo dirigido de forma mais intensa, organizando a sociedade e impondo ordens. Essas situações serão refletidas nas festas de forma a selar ainda o pacto entre governante e governados.⁶

Anteriormente citamos que alguns eventos ocorridos em Portugal provocaram festejos nas possessões ultramarinas. Para Pernambuco selecionamos alguns dos principais acontecimentos ao longo do reinado de D. José I, os quais foram: aclamação do rei e as celebrações de agradecimento pela vida e saúde do soberano, por efeito do terremoto e atentado.

Certamente, a festa pela aclamação difere muito das outras no sentido do que está sendo afamado. O espírito festivo transformava-se em cada momento, ou seja, na narrativa da aclamação a alegria circunda o festejo no instante em que se celebra a entronização de um novo monarca para o reino. Já nas outras comemorações, o sentimento é de tristeza pelos fatos ocorridos e a alegria nesses casos é expressa de uma maneira diferente, na medida em que vem mesclada com o agradecimento pelo rei ter saído com vida do acontecido. Se a tônica entre as comemorações diferem, a intenção em fazê-los se assemelhava na medida em que serviam para demonstrar a lealdade e amor que aqueles vassalos distantes estavam tendo para com seu rei.

A primeira festa realizada em Pernambuco com todo fausto e pompa para D. José I foi da sua aclamação. A festa de entronização para um rei era de extrema importância para a unificação do reino, com as diversas partes que o compunham, era o momento em que o soberano prometia aos seus vassalos: “reger e governar bem e direito, e vos administrar inteiramente justiça [...]”,⁷ e os vassalos através de suas festas para “el rey” prometiam e demonstravam lealdade e fidelidade ao novo monarca. Durante a cerimônia “reitera-se o pacto entre governante e o governado”⁸.

Em Pernambuco, as celebrações iniciaram em 1751 e só findaram em 1752, obviamente não se teve um ano seguido de comemorações. A durabilidade da festa ocorreu por causa de um rigoroso inverno que atrapalhou seu ordenamento. No dia 6 de Junho de

1751 iniciaram as comemorações, que por coincidência ou não, caíram no dia do aniversário do rei. De início, o governador da época Luiz José Correa de Sá, ordenou que se fizessem três dias sucessivos de luminárias nas vilas e cidade de Olinda. No dia 6 de Junho fora exigido que os comandantes das fortalezas dessem três salvas de artilharias de hora em hora iniciando às 7 da manhã. Além dessas teriam que dar uma salva ao meio dia, que era de costume quando do aniversário das pessoas reais.⁹

Para esse momento tão notável as tropas dos regimentos da vila de Recife e cidade de Olinda receberam fardamentos novos que estavam sendo estreados naquele dia de festa. Dado às ordens, seguiu o cortejo em direção a Sé de Olinda para realização da missa pelo Bispo D. Luiz de Santa Teresa. A missa foi composta pela presença das elites locais, formadas pelos oficiais das Câmaras, Prelados das religiões, oficiais militares e:

[...] todos aqueles a quem o seu *honrado nascimento fazia inseparáveis da assistência de tão gloriosa ação*, sem que o longe das suas habitações, nem o dilatado dos caminhos, lhe diminuísse o ardor com que essa *porção de vassallos (imitando a seus leais progenitores) souberam distinguir-se na fidelidade e obséquio de seus Soberanos*.¹⁰

Observa-se que o relator da festa destacou a presença daqueles que possuíam “honrado nascimento” e não poupou em afirmar o esforço que fizeram para estarem presentes na aclamação do rei. Mais importante ainda, é a menção que faz a lealdade daqueles vassallos como foram seus “progenitores” com todos os soberanos que governaram. Tal situação nos remete ao imaginário nativista da restauração, narrado por Evaldo Cabral em “Rubro Veio”¹¹ quando expõe que na segunda metade do século XVII os netos dos restauradores passam a reivindicar o estatuto de nobreza da terra. Diante deste fato, nada nos impede de pensar que o narrador do festejo referia-se a essa porção de nobres que estavam sendo leais vassallos, assim como foram seus avós.

Terminada a missa com um solene *Te Deum Laudamus* e com o soar dos sinos, os soldados deram três cargas de mosquetaria, respondendo com “ecos as fortalezas”. Na noite do dia 08 de Junho, a qual encerravam as luminárias e os três dias iniciais de comemoração, o governador ofereceu em seu palácio um jantar aos oficiais dos regimentos, mas não para todos, somente os de “Capitão para cima”, como destaca o relator. Fora oferecido para os convidados “esquisitas iguarias e delicados manjares.” Por fim, encerrou-se a noite com um bom sarau juntamente com o cair das luzes das luminárias.

Após alguns dias, iniciaram a construção de um “suntuoso” tablado, que ficara de frente às janelas do palácio do governador, para a representação de três comédias. Entretanto, o “proceloso inverno” não permitiu que as peças fossem encenadas naquele ano de 1751. Somente no ano seguinte, mais precisamente no mês de fevereiro, é que a Capitania realizará e presenciará a mais nobre representação das comédias *La Ciencia de Reynar*, *Cueba y Castillo de Amor* e *La Piedra Phylosofal*, respectivamente exibidas nas noites dos dias 14, 16 e 18 do mês de fevereiro de 1752¹².

A descrição minuciosa de Felipe Néri, relator do documento, não deixa passar despercebida a presença do bispo somente na primeira comédia, pois segundo ele, “indisposições lhe não deram lugar de dilatar-se mais tempo...”. Após quase um ano, findaram-se as comemorações pela entronização de D. José com três noites sucessivas de fogos e uma serenata levada pelo Padre Antônio da Silva Alcântara. Para “suprir” a ausência do rei em comemorações como essas, geralmente era exibido o seu retrato para ser adorado e reafirmado o papel de soberano. Na relação não foi mencionado se o retrato de D. José foi exposto, entretanto, tal prática era comum.

Os festejos para o novo monarca ocorreram na capitania com todas as pompas e circunstâncias que o momento necessitava. A aclamação, como vimos, abarcava uma série de eventos, ainda mais quando coincidiam com o aniversário do soberano, como foi em Pernambuco. Observamos que durante o período das comemorações houve desfile militar com novos uniformes, *Te Deum*, jantar, encenações, tudo minuciosamente descrito pelo relator Felipe Néri Correa. A festa da aclamação foi a primeira oportunidade dos vassalos mostrarem-se e darem as boas vindas ao novo soberano. Como expõe Emílio Lopez “o ato de festejar poderia também demarcar a emergência de uma nova temporalidade”¹³, e foi isso que a aclamação significou para o reino e domínios.

As festas, como um evento também político, eram realizadas não somente para expressarem lealdade ao soberano, como também para os grupos sociais que estavam ali inseridos enfrentarem-se de forma pública e ostentatória perante os outros, daí os destaques para os presentes que, segundo o relator, se esforçaram para estar ali. Na relação observa-se a todo instante o destaque feito para os presentes, os homens bons, os de honrado nascimento, bem como o esforço que fizeram para que todo o festejo fosse celebrado dentro dos conformes. Afinal, em uma cerimônia em que o rei estava sendo aclamado, esses homens não somente estavam reiterando o pacto, como também representando o novo soberano na localidade.

Outra questão bastante relevante eram os espaços percorridos durante os dias de comemoração. Havia uma “geografia da festa”¹⁴, que se iniciava com a demarcação das luminárias e limpeza das ruas que faziam parte do trajeto da procissão. Na documentação alguns lugares foram destacados como os principais do evento, como a Catedral da Sé em Olinda, onde foi realizada a missa em homenagem ao novo rei, ressaltando que o local estava “magnificamente adornado e curiosamente guarnecido das mais vistosas sedas e ricos paramentos [...]”¹⁵ e também o Palácio do Governador onde foi oferecido um jantar para um grupo seleta, como foi mencionado. Lopez define que “os grandes festejos como as Aclamações reais, entrelaçavam esses vários lugares, permitindo o contato entre múltiplos seguimentos sociais.”¹⁶. Outros elementos que traduziam a importância do evento eram os fogos de artifício e salvas de artilharias, ambos fundamentais para seduzir e encantar os espectadores.

Passado alguns anos, em 1755, Portugal assiste um dos episódios mais plangentes de sua história, o qual perdurou, na época, durante muito tempo no imaginário dos portugueses como um castigo divino, como visto nas correspondências. O cataclismo ocorreu no dia 1º de Novembro daquele ano, ainda durante o dia:

Começou o território de Lisboa a tremer de sorte que dentro de pouco tempo se sentiu abalar a terra por vários modos. [...] No princípio foi mais brando o abalo. Mas pouco depois crescendo cada vez mais o tremor, começaram primeiramente a estalar os forros e sobrados, logo a despegarem-se os rebocos, depois a abaterem-se com grande estampido as abóbadas, caindo ou abrindo-se por último as mesmas paredes e torres.¹⁷

Porém, o caos se estendeu ainda mais ao se instalar um grande incêndio que atingiu vários pontos da cidade. Segundo Nuno Gonçalo, estima-se que o terremoto tenha levado consigo cerca de 5 a 10% da população de Lisboa. Não somente parte da população pereceu com o cataclismo, mas também grande parte da riqueza simbólica e material do reino transformaram-se em ruínas, edifícios importantes da administração, como por exemplo, o Paço da Ribeira e as construções imensuráveis dos reinados de D. João V e D. José, a Igreja Patriarcal e a Ópera do Tejo. O terremoto causou impacto físico, material e político.

José Subtil, em o “Terramoto Político”, narra quais foram os efeitos desse evento natural no governo e administração de Portugal, a partir das intervenções políticas de Pombal e como houve uma crescente em sua imagem perante o rei e ao reino. As decisões imediatas do valido foram de grande importância para a manutenção da ordem em um momento de caos. De acordo com Subtil, o terremoto pode ser classificado como um “terramoto político”,

porque provocou efeitos que mudaram a situação em que se encontrava o governo de D. José. A ruptura com o reinado anterior, de fato, percebe-se após o cataclismo, pois teve como uma das suas consequências a destruição do espaço político cortesão, ocasionando uma abrupta interrupção nas práticas políticas herdadas do reinado anterior. Sem o efetivo espaço político, não havia como manter os costumes da corte.

O terremoto também provocou a criação imediata de uma sede de comando político para responder com prontidão os problemas que se instalaram. Nesse caso, a autoridade e o papel desempenhado por Sebastião José de Carvalho foram essenciais para a reconstrução gradativa do reino e de um reinado que estava apenas começando. A partir deste evento uma série de medidas reformistas foram colocadas em prática por Pombal:

Su actuación en la reorganización de Lisboa tras el seísmo de 1755, le valió un fuerte incremento de estima. Su gobierno se prolongó hasta 1777 y estuvo marcado por una política regalista dura, siguiendo el molde del despotismo ilustrado, que entonces tenía bastante fuerza [...] Para Brasil, la política de Marqués de Pombal consistió en intensificar el esfuerzo colonizador, buscando extraer de la colonia lo máximo que podía ofrecer.¹⁸

Subtil discorre igualmente que durante o governo de D. João V houve um grande destaque para a corte e para a figura do corpo régio através da glorificação da imagem do rei, em detrimento, houve uma fragilidade do aparelho político e administrativo, os quais foram encobertos pelas práticas simbólicas que envolviam o reinado. Contrariamente, no governo de D. José, presencia-se o poder simbólico deslocado “para a acção, a valorização profissional, para o alinhamento das ideias políticas com as competências profissionais [...]”.¹⁹ Mais a frente o autor narra que: “A representação do poder régio, assente na magnificência e no esplendor, seria, deste modo, substituída pela imagem da discrição e da ausência.”²⁰ Deste modo, veremos que um dos efeitos que o terremoto também provocou, foi uma maior discrição nos atos do rei, contrariamente às práticas vistas no seu pai D. João V.

Consoante à documentação, a notícia do cataclismo chegou à Capitania de Pernambuco em 1º de Janeiro de 1756, causando grande “alvoroço” segundo escreveu D. Francisco Xavier Aranha, Bispo de Termópolis, coadjutor e sucessor de Olinda. Na carta do Senado de Olinda, escrita dois meses depois da do Bispo, notamos a mesma retórica do castigo divino e que as orações ainda estavam sendo feitas na Capitania como forma de agradecimento pelo livramento da pena de Deus. Seguem trechos das correspondências:

Por esta frota recebi a honra da carta de Vossa Excelência do primeiro de Janeiro com grande alvoroço por ver que em tão universal ruína livrou sua Majestade com vida e toda a Real família; Vossa Excelência não só são e salvo como o real palácio também; seja sempre enriquecido o Onipotente Senhor que assim nos favorece a todos com esses avisos: Logo fiz uma solene procissão nesta Cathedral com toda a cidade em nome do Bispado para darmos graças a Deus por nos livrar a Sua Majestade e mais Família Real e mais portugueses, pedindo-lhe misericórdia para todo nosso Reino; vamos continuando preces e procissões para aplacar a ira do senhor, por todo Bispado pois é esta causa como uma.²¹

Grande parte nos tem tocado de sentimento pelo aviso que a Justiça Divina fez a essa corte com o terremoto de que Vossa Majestade benignamente nos deus parte, e nos louvores que a divina misericórdia se devem dar por haver suspenso o castigo temos acompanhado o Bispo desta Diocese na forma que ele os determinou em pública procissão por esta cidade, a que este Senado em Corpo de Câmara assistiu até ao fim; e particularmente em nossas casas, e pelos nossos vizinhos, parentes e amigos temos persuadido de tal sorte as orações rogatórias e a Deus Nosso Senhor para que sem castigo conserve esta corte e as suas conquistas[...]²²

A carta do bispo mostra a intenção das preces e procissões para abrandar a ira divina e pedir misericórdia para todo o reino, bem como, para agradecer pelo soberano e família terem saído ilesos. O religioso não deixa de destacar a presença de toda a “cidade”, certamente referindo-se aos nobres de Olinda que ali estiveram. A correspondência do senado de Olinda vem, de certa forma, para ratificar a carta do bispo ao confirmar a presença nas procissões e na manutenção das orações rogatórias feitas por eles, como também parentes, vizinhos e amigos. Observa-se que os oficiais destacaram que participaram da procissão até o fim em “Corpo de câmara”. Segundo Camila Santiago, apresentar-se em corpo de câmara significava estar “devidamente hierarquizados, trajados e paramentados, ostentando as insígnias do conselho e o estandarte. Relacionava-se com as aparições públicas a identificação da câmara como lugar de poder [...]”²³. Sendo assim, o documento deixa evidente que os representantes locais não só cumpriram seus deveres, como fizeram obedecendo as normas e etiquetas vigentes.

As correspondências remetidas pelo Bispo ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, e a da Câmara de Olinda ao rei não possuem a riqueza de detalhes, como na relação da aclamação, mesmo porque o tipo de documento difere. Contudo, percebemos que houve uma tonalidade diversa da qual vimos na entronização, como também notamos uma diversidade na forma de celebrar a vida do rei. Nesse momento, as procissões e missas ocorreram em maior número e dessa vez não ocorreu

jantar, sarau e comédias, ou seja, havia diversos tipos de festejos para diversas situações que serviam a um mesmo fim, mostrar lealdade e serviço ao soberano.

“Pela vida e saúde do Rei”

Três anos após a corrente de orações feitas pela vida do soberano e da família real, um novo acontecimento desta vez não natural, mas sim terreno, marcará esse reinado e a história portuguesa. No dia 3 de Setembro de 1758 tiros foram disparados em direção à carruagem em que estava D. José. O rei teve um grave ferimento no braço direito, ficando por vários dias enfermo, sem poder ao menos despachar os assuntos de governo. Quem assumiu durante a convalescência do monarca foi a rainha D. Mariana Vitória.

O crime de lesa majestade era considerado o ato mais grave dirigido a um rei e com isso já se pode prever as penas aplicadas aos culpados. A acusação do atentado recaiu sobre uma distinta família de nobres portugueses, os “Távoras”. Não nos ateremos a trabalhar detalhadamente o “Processo dos Távoras” como ficou conhecido na historiografia. Contudo, é importante expor que as prisões e sentenças dos acusados foram dadas em tempo recorde, onde muitos nobres foram decapitados, alguns jesuítas também foram acusados da conspiração e até mesmo o suposto envolvimento amoroso do rei com a marquesa de Távora, D. Leonor foi tido como uma das hipóteses para ter havido a conspiração contra o soberano²⁴.

José Subtil discute que independente das razões que levaram ao atentado, havia de fato a intenção de eliminar o monarca e por consequência afastar Sebastião José. Sabe-se que a antiga nobreza portuguesa perdeu muito prestígio e domínio de poder, que antes detinha, e que Pombal foi figura central para a ocorrência dessa perda. Porém, se a nobreza intencionava voltar aos áureos tempos, tirando o rei e o ministro do caminho, o tiro efetivamente não surtiu efeito, visto que inúmeros nobres importantes foram mortos de forma brutal e expostos para toda população de Lisboa. Histórias à parte, novamente Sebastião José de Carvalho mostrou-se presente e decisivo, desta vez, empenhado em sentenciar os envolvidos o mais rápido quanto fosse possível. Os nobres envolvidos, segundo Subtil, não apenas sofreram eliminação física, como também aniquilamento econômico e destruição das memórias.²⁵ Diante dos fatos, observamos como essa notícia foi recebida pelos vassalos distantes de Pernambuco. Na relação dos atos festivos que foram feitos pelo benefício de livrar o rei da morte, o bispo D. Francisco Xavier Aranha inicia de forma poética como a notícia foi recebida na Capitania:

Assim como o crepúsculo com luz escura, e sombras claras dividindo o dia da noite deixa a terra em um estado que nem é de dia, nem é de noite; assim aquela notícia chegou a Pernambuco daquele horrível atentado da noite de 3 de Setembro de 1758 destinado aos infernais desacatos da Augustíssima Pessoa e preciosíssima vida no nosso Fidelíssimo Rei e Senhor D. José I deixou os entendimentos suspensos e estáticos entre o crer, e não crer tamanho desacato.²⁶

Antes de expor como se processaram os dias festivos, o bispo não poupa tinta para exemplificar casos de traição aos reis ao longo da história, simultaneamente julgando esses atos com grande pasmo, pois, segundo o mesmo a fidelidade era o dever primeiro e obrigatório que todos os vassallos deveriam ter para com seu rei. Nesse ínterim, aproveita para destacar a lealdade e fidelidade que Pernambuco sempre teve a Deus e aos reis: “Na América e especialmente em Pernambuco com singularidade e digna de admiração e inveja de todas as nações se acreditaram os pernambucanos de leais, fieis e constantes [...]”²⁷

A ação de graça pela vida e saúde de D. José teve início em Pernambuco ainda na manhã de 3 de Junho de 1759, dia de Páscoa, com uma missa celebrada na Sé de Olinda pelo bispo D. Francisco Xavier Aranha. A tarde houve o *Te Deum Laudamus* e uma suntuosa procissão com o Santíssimo Sacramento, que saiu pelas ruas de Olinda. No edital de convocação para as celebrações foram estipuladas as presenças de “todos os sacerdotes, e pessoas eclesiásticas seculares e regulares desta Cidade e mais pessoas, e moradores dela nossos amados súditos, e leais portugueses, com todas as Irmandades e Confrarias e suas insígnias e estandartes.” Conforme a descrição do ordenamento da procissão, percebemos o lugar que cada um desses membros da elite ocupou ao longo do cortejo:

[...] e concludo que fosse se preparou uma solene procissão, a que precediam as Irmandades e Confrarias da Cidade, os religiosos mencionados da mesma, e logo a clerezia e cabido que entoavam todos os salmos e hinos ao Santíssimo Sacramento que levava Sua Excelência Reverendíssimo debaixo do Palio, de que os sacerdotes levavam as varas; e logo atrás do Palio se seguia o Senado da Câmara, o qual quis cobrir o Governador e Capitão General por se não privar das indulgências de acompanhar o Santíssimo Sacramento, que manifesto saia em uma procissão; que toda caminhava a dar graças ao céu pela vida e saúde de Sua Majestade

Fidelíssima; e por último escoltava a procissão o regimento formado segundo o seu militar estilo.²⁸

De acordo com o documento, após o *Te Deum* a procissão saiu pelas ruas de Olinda com as Irmandades, Confrarias e religiosos (“Bento, do Carmo calçados e descalços, Capuchos de S. Antônio e da Companhia de Jesus”), o bispo seguia embaixo do Palio do Santíssimo e logo em seguida vinham a Câmara de Olinda, pelo que consta, desejava ocupar o espaço do governador Luís Diogo Lobo da Silva no cortejo. Tal situação nos remete a explanação feita por Kalina Vanderlei ao dizer que os espaços eram arranjados cuidadosamente em celebrações como essas e o prestígio dos participantes das cerimônias eram “[...] estabelecidos pelo lugar ocupado por um personagem em relação a um desses símbolos: o pódio e o Santíssimo Sacramento são os melhores exemplos”²⁹.

As disputas pela proximidade do símbolo foram comuns durante as festas, principalmente entre os oficiais das câmaras e governador. Há nessa questão uma competição na condição de representantes do rei na localidade. Se pensarmos de forma pragmática elegeríamos como representante do rei de imediato o governador, já que esse era nomeado pelo rei. Porém, não podemos deixar de rememorar o papel político decisivo desempenhado pelas elites locais em diversas partes do reino, e o poder de mando que desenvolviam na localidade, daí as inúmeras brigas com os governadores, e em muitas situações casos de desobediência às leis e normas impostas. Se de fato foram representantes ou não, ao menos havia a pretensão e a disposição para mostrarem-se como tal. A colocação de Kalina Silva reflete bem a situação dos oficiais:

“Essa situação de eterna competição com os governadores pelo privilégio de simular a Coroa em solo americano tornava cada festa um momento de disputa, compreensível quando se entende que o status público da elite estava vinculado ao papel que representariam na encenação pública.”³⁰

A solenidade para o monarca encerrou-se na Catedral da Sé após muitas preces e orações pela saúde do rei. Os moradores de Recife, que a essa época já estavam com poderio consolidado, também realizaram sua solenidade com direito as pompas e circunstâncias que vimos em Olinda. Conta-nos o documento que o governador de Pernambuco determinou que ornasse com grande suntuosidade a Igreja dos Militares do Recife, localizada na Rua Nova,

para realização da missa de ação de graça, que ocorreu no dia 5 de Junho de 1759 no fim da tarde. “Não se via mais que pompa, luzimento, e grandeza; ornadas as paredes, e as tribunas das mais ricas e pomposas armações, entre elas havia mais espelhos excelentes, ricas placas, e flamantes candeeiros que multiplicavam objetos vistosos e agradáveis.”³¹. Mediante o repicar dos sinos, esse dia findou-se com mais festejos “alegres”, sob as luzes das luminárias espalhadas por toda a vila rompendo o breu da noite.

No dia seguinte, 6 de Junho, novas celebrações aconteceram. Como houve com a aclamação em Pernambuco, as celebrações de ação de graça por ocasião do atentado ocorreram também no dia no aniversário de D. José. Por ser aniversário do monarca esse dia foi o mais comemorado e como nos narra a relação sobre esse momento: “[...] foi ele o de maior alvoroço e jubilo que houve nesse Recife.”³² As comemorações iniciaram logo cedo, às sete da manhã, com os regimentos de Infantaria da guarnição de Olinda e Recife marchando para Rua Nova em direção ao pátio da Igreja dos Militares. A marcha foi justificada de forma a dar “mais aparato e magnificência a este ato”.³³ Quase às nove da manhã, o evento conta com a participação do bispo, que foi recebido com cortejos militares pelos dois regimentos e com as devidas reverências pelo governador da Capitania que estava à porta da Igreja juntamente com “as pessoas principais” o esperando. Na ocasião o bispo celebrou a missa pontifical, como em Olinda.

Após o momento religioso, às duas da tarde houve três descargas de mosquetaria que saíram da “Fortaleza do Brum, do Buraco, das Cinco Pontas, do Castelo do Mar e de muitas não ancoradas”³⁴. Logo em seguida o governador Luís Lobo ofereceu no Palácio das Torres (região onde atualmente localiza-se o Palácio do Campo das Princesas, Teatro de Santa Isabel e Praça da República) um grandioso jantar para os religiosos e as elites locais, onde fizeram um brinde à saúde do rei D. José. O dia 6 de Junho exauriu-se com músicas, danças e luminárias em homenagem a mais um ano de vida do soberano, dessa vez sendo comemorado duplicadamente. Importante ressaltar que presenciamos, através das relações dos atos festivos, dois momentos que coincidiram com o dia do aniversário do monarca. Nessas duas ocasiões percebemos, através das solenidades e das palavras descritas, o nascimento e renascimento de D. José sendo comemorados em Pernambuco em uma data em que muitos consideram como renovação do ciclo da vida.

No dia 23 de Junho houve em Recife, uma segunda ação de graça aos modos da primeira, com a Igreja dos Militares devidamente adornada e todos os principais da terra presentes. Entretanto, como deixa entrever a relação, só houve “a diferença de não assistir o

regimento de Olinda e não haver Missa Pontifical”, o restante foi em tudo semelhante. Pelo que consta havia muitas pessoas querendo estar presente na ocasião, como não havia lugar para todos na Igreja cuidaram de bloquear a entrada de “pessoas de menor distinção”, ou seja, dentro do espaço religioso só estaria quem tivesse qualidade.

Diante das descrições do bispo podemos refletir que as festas realizadas não eram somente imposições da coroa, como podemos pensar em alguns momentos. As festas faziam parte da rotina do reino e dos seus domínios, já que diversos acontecimentos transformavam-se em eventos. No caso analisado, o acontecimento foi algo triste, entretanto, o evento se processou com alegria pelo rei ter saído com vida do atentado. Nesse ínterim, esses festejos adquiriam significados diversos, fosse para lembrar o rei e torná-lo presente naqueles momentos ou para servir de ostentação por parte das elites locais, e esses instantes o narrador não deixou passar despercebido, pois em todo o momento destaca a presença e os feitos das “pessoas principais” no decorrer das cerimônias.

A apresentação pública significava para os participantes dos festejos reafirmarem o poder político que detinham. Através da relação vimos o ordenamento que havia nas comemorações, dos dias em que foram realizadas e por quem. Afinal deveriam obter sucesso nas formas de representar o rei e homenageá-lo. Já que figuravam como autoridades políticas deveriam mostrar-se bem afeiçoados. As vestimentas, os símbolos e a civilidade serviam para demonstrar o estatuto que as elites sustentavam. De acordo com Chartier “[...] a civilidade é acima de tudo uma arte, sempre controlada, da representação de si mesmo para os outros, um modo estritamente regulamentado de mostrar a identidade que se deseja ver reconhecida”³⁵.

A partir da leitura das cerimônias para D. José na Capitania, observamos também que a ausência real suscitava uma maior necessidade de aparição por parte das elites locais na tentativa de representar o rei nessas celebrações. Festas como essas eram momentos propícios para a publicitação do poder desses grupos que organizavam e participavam. O testemunho da fidelidade ao rei já se iniciava nos preparativos dessas comemorações com o grande dispêndio financeiro necessário para a materialização destes eventos. Instituições políticas e religiosas eram responsáveis por essa parte, sendo um dos principais “promotores dos festejos”³⁶ os funcionários das câmaras. As festas eram “tarefa do governo, servindo para maravilhar os súditos, inculcando-lhe ideias do poder e riqueza do Rei.”³⁷

Esses eventos eram por todos aguardados no instante que eram momentos para serem vistos e observar os outros. As festas começavam com as luminárias e decoração das fachadas das casas e com elas as demonstrações de poder, pois esses itens eram vistos como uma forma

de distinção social, na medida em que se notava o esforço dos moradores das localidades onde havia os festejos em adornar ricamente suas janelas, bem como deixa-las mais iluminadas para que se destacassem perante as outras quando passasse o cortejo das procissões.

Notamos que diferentemente das missas e jantares que eram realizados em espaços fechados e para um grupo seletivo, as procissões eram um evento essencialmente público, no sentido que tomava as ruas e era vista por todos, daí as ordens “que estejam às ruas limpas e ornadas no trânsito da procissão”³⁸ justamente para que a encenação fosse perfeita.

Em comemorações como estas a cidade transformava-se em um teatro onde o protagonista principal era o monarca, entretanto, como não estava presente, a representação ocorria através dos seus vassallos distantes. Nesses momentos vimos que havia uma tentativa de mostrar a sociedade de forma hierárquica, pois no ordenamento da festa cada um ocupava o lugar que lhe pertencia, por isso, percebemos na escrita das relações o cuidado em destacar quem estava presente, o que fez e qual seu comportamento. Os termos “principais”, de “honrado nascimento”, “cidadãos”, “nobres” eram utilizados para qualificar esses homens que faziam parte da elite local.

Peter Burke discorre que o ritual das cerimônias ocorria como uma peça teatral encenada para incentivar a obediência, pois as impressões pessoais tem maior impacto do que a linguagem³⁹, ou seja, a prática se sobressai à teoria. Para Júnia Ferreira Furtado, “a procissão era um texto para ser lido, pois estava carregada de signos que representavam as relações sociais onde estava inserida, mas, numa sociedade em construção, ela não era uma réplica fiel daquilo que ocorria ao seu redor”⁴⁰. Já que nem todos os moradores participavam efetivamente e alguns apenas como espectadores, não podemos afirmar que era um retrato fiel daquela sociedade.

Para ser bem visto nas festividades o bom comportamento era um dos elementos essenciais que essas elites deveriam ter. Mesmo em uma sociedade onde não havia corte e com o rei distante, ainda assim o centro era tido como referência na maneira de como proceder perante os outros, e por isso tentavam adequar os moldes da corte onde fosse possível. Sendo assim, tomamos como referência algumas colocações de Norbert Elias em “A Sociedade de Corte” para tentar compreender a importância e significados para esses grupos de se portar perante seus pares ou não. Afinal, não só nas cortes que vemos disputas por status, como expõe Elias: “Competições por prestígio e status podem ser observadas em muitas formações sociais; é possível que se encontre em todas as sociedades.”⁴¹

O indivíduo precisava ser reconhecido pelos outros para que sua condição social fosse firmada. Não bastava ser e ser visto, era necessário ser reconhecido, daí a importância das festas e da posição que ocupavam nelas para esses homens. Fazer parte de uma elite e da “boa sociedade” era algo de grande relevância, porém o reconhecimento deveria vir atrelado a essa condição. Ser reconhecido gerava opinião social e a sua recusa na sociedade fazia com que se perdesse um elemento de extrema importância que era a honra. “Perdia-se a honra, perdendo assim uma parcela constitutiva de sua identidade pessoal.”⁴²

O reconhecimento estava intimamente interligado ao comportamento e a etiqueta, por meio deles era possível confirmar o prestígio que possuía perante a sociedade, e uma das formas de demonstrar seria durante as cerimônias. A organização vista nos cerimoniais, segundo Elias não era racional, na visão que possuímos atualmente, mas sim uma ordem que tem significados onde “cada atitude revela um sinal de prestígio, simbolizando a divisão de poder da época.”⁴³

O comportamento dos participantes quando em uma festividade, principalmente nessas em que homenageavam e representavam o rei ausente, era calculado de forma que nada saísse do ordenamento, os atos eram pensados, os lugares eram marcados, o bom comportamento e a etiqueta eram bem vistos. A etiqueta como um elemento de distinção social, por muitas vezes poderia ser um fardo para esses homens, afinal deveria ser mantida constantemente, não somente porque se exigia, mas também por que: “A importância conferida à demonstração de prestígio, à observância da etiqueta, não diz respeito a meras “formalidades”, mas sim ao que é mais necessário e vital para a identidade visual de um cortesão”.⁴⁴ Jacques Revel complementa que a socialização das condutas não pode ser vista sempre como algo imposto, pois aos poucos essas regras sociais foram sendo incorporadas pelos indivíduos, fazendo parte da natureza deles.⁴⁵

¹ *Relação das Festas que se fizeram em Pernambuco pela feliz aclamação do muito alto e poderoso rei de Portugal D. José I nosso senhor do ano de 1751 para o de 1752...* Por Felipe Néri Correia, oficial maior da Secretaria do Governo e Secretário particular do mesmo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Governador. Lisboa, na oficina de Manoel Soares. p. 24. Ano MDCCLIII. Disponível em: <https://archive.org/details/relacadasfesta00corr>

² Para citar algumas: MAXWELL, Kenneth. *Pombal: o paradoxo do iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1997; AZEVEDO, João Lúcio de. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo: Alameda, 2004.

³ MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente: festa e cultura política nas visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo: Alameda, 2004. p. 42

- ⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José: na sombra de Pombal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006. p. 263
- ⁵ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Liturgia Real: entre a permanência e o efêmero*. In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Orgs.) *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa*, Vol. II. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 546.
- ⁶ LOPEZ, Emílio Carlos Rodriguez. *Festas públicas, memória e representação: um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: Humanitas, 2004. pp. 36-37
- ⁷ SUBTIL, José Manuel. *O Terramoto político (1755-1759) Memória e Poder*. Portugal: EDIUAL, 2006. p.87
- ⁸ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Op. cit.*, 2001, p. 549
- ⁹ *Relação das Festas que se fizeram em Pernambuco pela feliz aclamação do muito alto e poderoso rei de Portugal D. José I nosso senhor do ano de 1751 para o de 1752*. *Op. cit.* p.8
- ¹⁰ *Idem*. p.10 [grifo nosso]
- ¹¹ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.
- ¹² *Relação das Festas que se fizeram em Pernambuco pela feliz aclamação do muito alto e poderoso rei de Portugal D. José I*, *Op. cit.*, p.20
- ¹³ LOPEZ, Emilio Carlos Rodriguez. *Op. cit.*, 2004. p. 15
- ¹⁴ *Idem*. p. 30
- ¹⁵ *Relação das Festas que se fizeram em Pernambuco pela feliz aclamação do muito alto e poderoso rei de Portugal D. José I*, *Op. cit.*, p.10
- ¹⁶ *Idem*. p. 30
- ¹⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Op. cit.*, 2006. p. 102
- ¹⁸ SOUZA, George Félix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Universidade de Salamanca. Salamanca, 2007. (tese de doutorado). p. 78
- ¹⁹ SUBTIL, José Manuel. *Op. cit.*, 2006. p.58
- ²⁰ *Idem*.
- ²¹ A.H.U., *avulsos de Pernambuco*, Cx. 80, Doc. 6692, 04/03/1756; [grifo nosso]
- ²² A.H.U., *avulsos de Pernambuco*, Cx. 81, Doc. 6706, 08/05/1756
- ²³ SANTIAGO, Camila Fernanda Guimarães. *As festas promovidas pelo Senado da Câmara de Vila Rica (1711-1744)*. Universidade Federal de Minas Gerais. 2001. (Dissertação de Mestrado). p. 12
- ²⁴ SUBTIL, José Manuel. *Op. cit.*, 2006. p. 137
- ²⁵ *Idem*. pp. 137-160
- ²⁶ A.H.U., *avulsos de Pernambuco*, Cx. 93, Doc. 7398, 20/04/1760.
- ²⁷ *Idem*.
- ²⁸ *Idem*.
- ²⁹ SILVA, Kalina Vanderlei. “Tão bons, tão fieis e honrados vassalos”- A elite açucareira, os valores barrocos e as celebrações públicas em Pernambuco (Sécs. XVII e XVIII). In: IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-americano, 2008, Ouro Preto-MG. Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p.7. Disponível em: <http://www.upo.es/depa/webdhuma/areas/arte/4cb/pdf/Kalina%20Vandereli.pdf>. Acesso em: 03/05/2013.
- ³⁰ _____ . *Festa e memória da elite açucareira no século XVII: a Ação de Graças pela Restauração da Capitania de Pernambuco contra os holandeses*. In: OLIVEIRA, Carla Mary S.; MENEZES, Mozart Vergetti de; GONÇALVES, Regina Célia. (Org.). *Ensaio sobre a América Portuguesa*. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2009, v. 01.p. 71
- ³¹ A.H.U., *avulsos de Pernambuco*, Cx. 93, Doc. 7398, 20/04/1760
- ³² *Idem*.
- ³³ *Idem*.
- ³⁴ *Idem*.
- ³⁵ CHARTIER, Roger. Forma da Privatização. In: *História da vida Privada*, 3: da Renascença ao Século das luzes. Org. Roger Chartier; tradução Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 2009. p. 165.
- ³⁶ ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira. O “magnífico aparato”: formas da festa ao serviço da família real no século XVIII. Separata da revista de História do Centro de História da Universidade do Porto, vol. XII, Porto, 1993. p.181. Disponível em: http://aleph20.letras.up.pt/F/KENF6769A8R3IYC2IRPXU84V7TYIALIKRBQ4YU1FHS13BNY2E3-21039?func=find-b&request=000024995&find_code=SYS&local_base=FLP01&pds_handle=GUEST. Acesso em: 08/04/2013.
- ³⁷ SANTIAGO, Camila Santiago Guimarães. *Op. cit.*, 2001. p. 39
- ³⁸ A.H.U., *avulsos de Pernambuco*, Cx. 93, Doc. 7398, 20/04/1760
- ³⁹ BURKE, Peter. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. p. 19

⁴⁰ FURTADO, Júnia Ferreira. *Desfilas: a procissão barroca*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, vol. 17, nº 33, 1997. p. 255.

⁴¹ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.110

⁴² *Idem.* p.112

⁴³ *Idem.* p.102

⁴⁴ *Idem.* p.118

⁴⁵ REVEL, Jacques. Os Usos da Civilidade. In *História da vida Privada*, 3: da Renascença ao Século das luzes. Org. Roger Chartier; tradução Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 2009. p. 185